

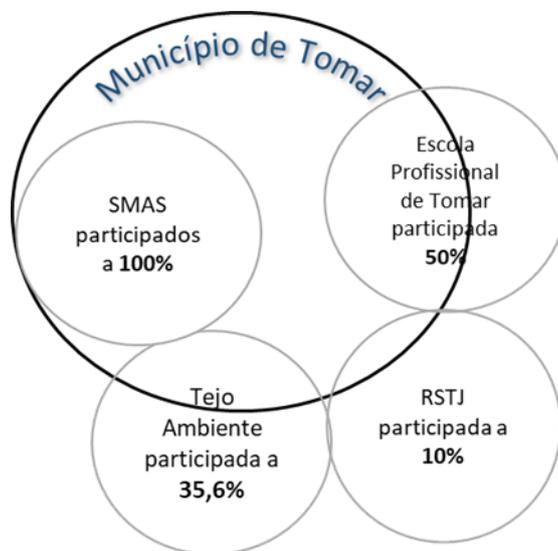
MUNICÍPIO DE TOMAR

2019

CONTAS CONSOLIDADAS

Consolidação de Contas

Ano de 2019



Índice

Introdução.....	3
Relatório de gestão	4
Evolução da atividade do grupo consolidado	9
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	19

Introdução

Como a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação económica e financeira do grupo municipal, torna-se imperativa uma avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas. A informação financeira preparada e apresentada de forma consolidada, expurgando eventuais transações no seio do grupo, saldos recíprocos e outros movimentos, vai para além de uma mera soma algébrica das demonstrações financeiras de cada uma das entidades que o constituem, o que faculta aos legítimos interessados e competentes órgãos, maior objetividade, transparência e segurança na apreciação das mesmas.

Os municípios, as entidades intermunicipais e associativas municipais apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, designando-se, deste modo, as entidades expressamente identificadas por “entidade mãe” ou “entidade consolidante”.

O Município de Tomar como entidade consolidante agregava, até 2018, os SMAS-Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, cuja participação é de 100% (método integral/agregação) e a EPT- Escola Profissional de Tomar, com uma participação de 50% (via método de equivalência patrimonial).

Em 2019, passaram a ser incluídas mais duas entidades. por via da subscrição de capital em duas entidades criadas em 2019 (RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A. no valor de 5.000,00€, representando 10% e na Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, S.A. no valor de 213.792,00€, representando 35,63%), sendo integralmente detidas por Municípios (Intermunicipais), sob forma jurídica de Sociedade Anónima, logo abrangidas pelo artigo 19.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Ambas as entidades, atendendo às percentagens detidas o método de consolidação será via método de equivalência patrimonial.

Relatório de gestão

Entidade Consolidante:

<p>Município de Tomar Praça da República 2300 – 550 Tomar NIF: 506 738 914</p>

Participadas:

<p>SMAS- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento</p>

<p>EPT- Escola Profissional de Tomar</p>

<p>Tejo Ambiente- Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, S.A.</p>
--

<p>RSTJ- Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A</p>

Exercício a que se refere a Consolidação de Contas:

<p>Exercício/ano: 2019</p>

Enquadramento Legal:

Com a entrada em vigor da Nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro de 2013) a elaboração de contas advém do previsto no artigo 75.º (Consolidação de Contas):

“1 - Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

2 - As entidades mãe ou consolidantes são o município, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal.

3 - O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.”

De acordo com o referido no ponto 3 do artigo acima transcrito, as entidades a incluir no perímetro de consolidação são aquelas de que se possua a maioria do capital social (ou equivalente) e/ou se detenha poder de controlo sobre a mesma. Os pontos 4 e 5 do referido artigo 75.º esclarecem o que se entende por poder de controlo:

“4 - A existência ou presunção de controlo, por parte das entidades referidas no n.º 1 relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referente às seguintes entidades:

a) Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

b) De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

c) De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:

i) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;

ii) De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

5 - Presume-se, ainda, a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

a) A faculdade de vetar os orçamentos;

b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;

c) A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;

d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;

e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.”

A elaboração de contas consolidadas advém de uma obrigação legal de contas, imposta pela Lei das Finanças Locais (n.º 2/2007), no seu artigo 46.º (Consolidação de Contas):

“1 - Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo.

2 - Os procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL.”

Recorde-se que com a Lei anterior (Lei n.º 2/2007) só estavam obrigados a consolidar os municípios que detivessem 100% das participadas.

Tendo sido posteriormente publicada a Portaria nº 474/2010, de 01 de julho conhecida por orientação n.º 1 que apresenta regras e princípios acerca da consolidação para o sector público.

Esta portaria veio definir critérios mais amplos, nomeadamente no âmbito de possuir ou não poder de controlo e/ou influência significativa, para estabelecer um perímetro de consolidação mais amplo.

Com a entrada em vigor da nova Lei (73/2013), a mesma manteve em vigor a Portaria nº 474/2010. No entanto, no caso concreto do Município de Tomar, a nova Lei, na prática, não provocou alterações no perímetro de consolidação, pois a única entidade detida em 50% ou mais e que não estava explicitamente incluída era a **Escola Profissional de Tomar**, em que apesar do Município deter 50% **não tem poder de controlo**, (fator determinante segundo a Lei nº 73/2013 em casos em que não se possua controlo da entidade por via da detenção direta do seu capital, ou seu equivalente), pelo que **não integra o método de consolidação integral**, sendo que esta entidade (EPT) já era registada nas contas individuais do Município por via do método da equivalência patrimonial (MEP).

Já em 2019, como já se referiu, passaram a integrar o perímetro de consolidação mais duas entidades (RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A. no valor de 5.000,00€, representando 10% e na Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, S.A. no valor de 213.792,00€, representando 35,63%) não detendo também poder de controlo em nenhuma delas o método de consolidação a utilizar será o do método da equivalência patrimonial. Destas duas, detendo o Município uma percentagem já significativa na Tejo Ambiente a mesma já está registada nas contas

individuais pelo MEP. A participação na RSTJ, nas contas individuais está registada ao custo de aquisição.

Desta forma as entidades a consolidar, de forma integral/agregação, continuam a ser o **Município de Tomar** e os **Serviços Municipalizados de Tomar (detidos a 100% pelo Município)**.

De referir que a Portaria nº 474/2010, mais concretamente na alínea c) do ponto 6.5, prevê a aplicação do “método” de consolidação via método da equivalência patrimonial no caso das participações detidas em que uma entidade exerça influência significativa, mas em que não tenha poder de controlo.

Esta é a situação aplicável relativamente à participação na **Escola Profissional de Tomar (EPT), Tejo Ambiente e RSTJ**. No entanto **quer a EPT como a Tejo Ambiente já foram registadas nas contas individuais do Município através do Método da Equivalência Patrimonial (MEP), pelo que não será necessário qualquer procedimento específico na elaboração da consolidação de contas, só sendo tal necessário na participação detida na RSTJ que nas contas individuais está pelo método do custo de aquisição.**

Apesar das alterações ao perímetro de consolidação as contas consolidadas agora preparadas do ano de 2019 são comparáveis com as contas elaboradas do ano de 2018, atendendo as participações “novas” respeitam a entidades criadas em 2019, não obrigando dessa forma a ter de preparar novos comparativos relativamente a 2018.

A Lei n.º 73/2013 dispõe ainda acerca da aprovação das contas consolidadas no seu artigo n.º 76, número 2:

“2 — Os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.”

Identificação das Entidades Participadas incluídas no perímetro de consolidação

Entidades POCAL (Serviços Municipalizados):

SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara de Tomar

Praça da República, n.º 4

2300 – 550 TOMAR

NIF: 680 039 457

Percentagem Capital detido: **100%**

Poder de controlo: **Sim**

Método Consolidação: **Simple Agregação**

Entidades Participadas:

EPT - Ensino Profissional de Tomar, Lda.

Avenida Cândido Madureira

2300-531 Tomar

NIF: 504 699 326

Percentagem Capital detido: **50%**

Poder de controlo: **Não**

Método Consolidação: **Método da Equivalência Patrimonial** (foi aplicado nas contas individuais do Município, pelo que não serão necessários procedimentos na consolidação).

TEJO AMBIENTE – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM, SA

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro – Edifício Paço do Conde

2490-548 Ourém

NIF: 515545236

Percentagem Capital detido: **35,63%**

Poder de controlo: **Não**

Método Consolidação: **Método da Equivalência Patrimonial** (foi aplicado nas contas individuais do Município, pelo que não serão necessários procedimentos na consolidação).

RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos EIM, SA

Rua Ferro de Engomar- Eco Parque do Relvão

2140-671 Carregueira

NIF: 515332607

Percentagem Capital detido: **10,00%**

Poder de controlo: **Não**

Método Consolidação: **Método da Equivalência Patrimonial** (registado nas contas individuais do Município pelo custo de aquisição).

Princípios pelos quais o município rege a sua política de participações em entidades

O município através das participações nas várias entidades procura prestar um serviço público com a melhor qualidade possível, procurando para isso aumentar a sua eficácia e eficiência apostando na segregação e separação dos serviços.

Considera ainda importante a sua presença em áreas chave do Sector Empresarial Local, de forma a incentivar o crescimento e promoção do mesmo.

Breves considerações

No quadro seguinte, estão reunidos os três grandes agregados do Balanço (Ativo, Passivo e Fundos Próprios) e os Resultados Líquidos de 2019 das duas entidades, bem como os respetivos valores consolidados:

	Ativo Líquido	Passivo	Fundos Próprios	Resultado Líquido do Exercício
Município	111.483.815 €	52.270.242 €	59.213.573 €	999.003,84 €
SMAS	10.658.542 €	6.509.447 €	4.149.095 €	-328.969 €
Consolidado	114.064.927 €	55.009.123 €	59.055.804 €	978.338,27 €

Verifica-se assim que os SMAS, em termos de ativo líquido, têm um peso relativo de aproximadamente 8,61% na estrutura das contas consolidadas.

Evolução da atividade do grupo consolidado

Análise ao Balanço

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património a 31 de dezembro de 2019, dando a conhecer o Ativo Consolidado, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos e a estrutura económica, assim como o Passivo e o Capital Próprio Consolidado, que revela a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

O Balanço mostra um Ativo onde a massa do Imobilizado representa quase 90%. Embora nos últimos 3 anos tenha havido uma ligeira diminuição, sendo expectável que aumente em 2020 com a inventariação do imobilizado e que originará variações patrimoniais positivas. Em termos de Capitais Permanentes, de 2018 para 2019, verificou-se uma diminuição 1%, que se explica pela redução dos passivos de M/Longo Prazo, apesar da variação positiva de 1,7% de Fundos Próprios, que advém da conta de Resultados Transitados.

No Ativo Circulante destaca-se o aumento do saldo da conta Utentes mais pela sua variação relativa do que pela materialidade em termos absolutos. No Passivo de Curto Prazo a conta a salientar é a de Faturas em Conferência com um aumento de 58% e que se explica pelo volume de faturação relativa a assessoria jurídica do Município de Tomar, cuja conferência estava em curso no momento do encerramento do exercício.

A relação entre o Passivo de Curto Prazo e o Ativo Circulante, origina uma Liquidez Geral de valores relativamente baixos e, por conseguinte, o Fundo de Maneio com valores que, sendo negativos, subiram da seguinte forma:

Ano 2015: -42.788.481,78€

Ano 2016: -33.957.333,15€

Ano 2017: -30.784.774,12€

Ano 2018: -30.545.983,06€

Ano 2019: - 30.538.697.46€

Tal, não significa necessariamente uma Tesouraria desequilibrada, pois só perante um Balanço Funcional e a evidenciação de ciclos, é que melhor se inferiria acerca deste indicador.

Nos últimos 3 anos o Imobilizado Líquido vem decrescendo cerca de 3%/ano, o que em valores absolutos representa em média 2,5M/ano. Todavia, esta tendência atenua-se de 2018 para 2019 em que se verifica uma estabilidade na massa do Ativo, o que denota um aumento no imobilizado corpóreo, nomeadamente na conta de equipamento básico que aumentou quase 70%.

Ora, comparando com as amortizações do exercício que representam 5,5M, deduz-se, que tem sido efetuado investimento, embora outras variações patrimoniais também possam ter contribuído para este facto.

Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados visa aferir o grau de eficiência económica atingido, podendo a comparabilidade com anos anteriores, contribuir para deduzir acerca da capacidade da autarquia em gerar valor e fluxos de caixa.

Pela análise do quadro “Custos”, podemos verificar que houve um acréscimo dos mesmos face a 2018, no valor aproximado de 0,66 milhões de euros, donde se destacam as contas de Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com o Pessoal. A conta 69 – Custos e Perdas Extraordinárias acusa uma diminuição de 43% o que se revela como sendo um bom indicador.

Em termos de Proveitos há a destacar a conta de Impostos e Taxas que inclui as transferências do OE com um acréscimo de 981.839,04 €.

Em termos de Resultados Líquidos em 2019, o saldo é de 0,978 milhões de euros, ou seja, diminuindo 6,6% face a 2018.

A evolução dos Resultados foi a que se apresenta de seguida:

RESULTADOS	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Δ% N/N-1
Resultados Operacionais	- 1 228 880,49 €	- 1 707 522,73 €	- 1 603 956,48 €	- 2 406 132,10 €	50,01%
Resultados Financeiros	1 029 408,68 €	1 414 716,87 €	1 494 570,20 €	1 513 251,00 €	1,25%
Resultados Extraordinários	1 384 644,78 €	1 463 077,51 €	1 157 496,39 €	- 892 881,10 €	-177,14%
Resultados Líquidos Exercício	1 185 172,97 €	1 170 271,65 €	1 048 110,11 €	978 338,27 €	-6,66%

Merecendo-nos destaque a evolução dos Resultados Operacionais que sistematicamente se mostram negativos e com agravamento para o ano de 2019.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado - Ativo

ACTIVO					
Cód.	Designação	31/12/2019			31/12/2018
		AB	AP	AL	
Bens Domínio Público					
451	Terrenos e recursos naturias	1 573 892,64	153,97	1 573 738,67	1 527 331,87
452	Edifícios	21 000,00	16 703,25	4 296,75	20 346,75
453	Outras construções e infra-estruturas	56 042 119,92	35 302 128,06	20 739 991,86	22 164 543,16
455	Bens do património hist. artist. e cultural	399 287,96	7 293,78	391 994,18	398 388,41
459	Outros bens de domínio público	11 482,59	9 758,63	1 723,96	1 921,36
445	Imobilizações em curso	348 114,20		348 114,20	718 384,68
446	Adiantamentos - Bens domínio público				
		<u>58 395 897,31</u>	<u>35 336 037,69</u>	<u>23 059 859,62</u>	<u>24 830 916,23</u>
Imobilizações Incorpóreas					
431	Despesas de instalação	3 492 823,35	3 090 917,58	401 905,77	504 176,84
432	Despesas de investigação e desenv.	933 909,26	899 716,41	34 192,85	245 736,32
433	Prop. Industrial e outros direitos	1 090 464,89	996 324,97	94 139,92	102 980,62
443	Imobilizações em curso	10 254,51		10 254,51	23 370,00
449	Adiantamentos - Imob. incorpóreas				
		<u>5 527 452,01</u>	<u>4 986 958,96</u>	<u>540 493,05</u>	<u>876 263,78</u>
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e recursos naturais	11 102 010,94		11 102 010,94	11 035 975,04
422	Edifícios e outras construções	87 106 236,78	30 554 219,11	56 552 017,67	57 373 107,58
423	Equipamento básico	16 328 255,11	11 381 647,88	4 946 607,23	2 933 532,29
424	Equipamento de transporte	3 793 670,78	3 312 101,86	481 568,92	518 495,22
425	Ferramentas e utensílios	371 874,56	327 399,34	44 475,22	50 351,84
426	Equipamento administrativo	2 369 602,81	2 296 294,03	73 308,78	73 242,31
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	3 148 281,26	2 689 434,31	458 846,95	463 534,76
442	Imobilizações em curso	1 202 614,91		1 202 614,91	1 322 276,46
448	Adiantamentos - Imob. corpóreas	550 000,00		550 000,00	550 000,00
		<u>125 972 547,15</u>	<u>50 561 096,53</u>	<u>75 411 450,62</u>	<u>74 320 515,50</u>
Investimentos Financeiros					
411	Partes de capital	2 912 342,93		2 912 342,93	2 690 279,43
412	Obrigações e títulos de participação	657 567,00		657 567,00	657 567,00
414	Investimentos em imóveis	8 978,90	2327,17	6 651,73	6 763,97
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos - Invest. financeiros				
		<u>3 578 888,83</u>	<u>2 327,17</u>	<u>3 576 561,66</u>	<u>3 354 610,40</u>
TOTAL IMOBILIZADO		<u>193 474 785,30</u>	<u>90 886 420,35</u>	<u>102 588 364,95</u>	<u>103 382 305,91</u>
Existências					
32	Mercadorias				
33	Produtos acabados e intermédios				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos ref.				
35	Produtos acabados e intermédios				
36	Matérias-primas, subsidiárias e consumo	181 972,67	3029,7	178 942,97	185 175,98
37	Adiant. por conta de compras				
		<u>181 972,67</u>	<u>3 029,70</u>	<u>178 942,97</u>	<u>185 175,98</u>

ACTIVO					
Cód.	Designação	31/12/2019			31/12/2018
		AB	AP	AL	
Dividas de Terceiros					
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes	1 075 602,98		1 075 602,98	1 033 241,90
212	Contribuintes				
213	Utentes	252 996,11		252 996,11	91 905,60
218	Cli. Uten. Cont. - Cobrança duvidosa	234 414,81	223 960,37	10 454,44	33 455,06
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiant. a fornecedores				
2619	Adiant. a fornec. Imob.	111 982,16		111 982,16	111 982,16
24	Estado	272 793,72		272 793,72	239 440,04
265	Accionistas/sócios				
264	Administração Autárquica				
262+266+ 268+269	Outros Devedores	334 352,29		334 352,29	445 368,35
		2 282 142,07	223 960,37	2 058 181,70	1 955 393,11
Títulos Negociáveis					
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Caixa					
12	Depósitos	3 395 923,88		3 395 923,88	3 526 795,54
11	Caixa	3 693,12		3 693,12	8 308,33
		3 399 617,00	0,00	3 399 617,00	3 535 103,87
Acréscimos e diferimentos					
271	Acréscimo de Proveitos	5 779 399,14		5 779 399,14	6 141 388,44
272	Custos Diferidos	60 421,72		60 421,72	76 969,32
		5 839 820,86	0,00	5 839 820,86	6 218 357,76
	Total de Amortizações		90 886 420,35		
	Total de Provisões		223 960,37		
	TOTAL ACTIVO	205 178 337,90	91 113 410,42	114 064 927,48	115 276 336,63

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado – Passivo

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Cód.	Designação	31/12/2019	31/12/2018
<u>Fundos Próprios</u>			
51	Património	33 537 800,32	33 448 184,42
55	Ajustamentos partes capital	147 146,32	147 146,32
<u>57 Reservas</u>			
571	Reservas legais	1 097 106,51	1 048 453,34
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	45 880,96	45 880,96
576	Doações	868 990,78	868 797,80
577	Reservas decorrentes trans. activos		
59	Resultados transitados	22 380 541,13	21 419 797,67
88	Resultado líquido do exercício	978 338,27	1 048 110,11
89	Dividendos antecipados		
<u>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS</u>		<u>59 055 804,29</u>	<u>58 026 370,61</u>
<u>PASSIVO</u>			
<u>Dívidas a terceiros - Médio/longo Prazo</u>			
292	Provisões para riscos e encargos	775 668,42	639 877,69
298	Outras provisões		
2312	Emp. M/L prazo	5 537 595,07	6 734 193,34
26	Outros Credores	6 680 599,71	7 435 881,21
		<u>12 993 863,20</u>	<u>14 809 952,24</u>
<u>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</u>			
2311	Emp. Curto prazo		
269	Adiant. Por conta de vendas		
221	Fornecedores	750 489,29	693 767,72
228	Fornecedores - Facturas em rec. e conf.	1 960 458,37	1 238 120,08
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Cliente e utentes - Cauções	1 323,42	1 179,74
219	Adiant. de clientes, Utentes e Cont.		
24	Estado	200 772,65	196 971,69
261	Fornecedores imobilizado	2 005 760,68	2 286 613,65
262	Pessoal	2 223,44	3 185,66
264	Administração Autárquica	12 194,69	21 285,28
268+263+ 267	Outros Credores	441 047,21	343 632,65
		<u>5 374 269,75</u>	<u>4 784 756,47</u>
<u>Acréscimos e diferimentos</u>			
273	Acréscimo de custos	2 520 324,78	3 495 106,91
274	Passivos impostos diferidos	34 120 665,46	34 160 150,40
		<u>36 640 990,24</u>	<u>37 655 257,31</u>
<u>TOTAL PASSIVO</u>		<u>55 009 123,19</u>	<u>57 249 966,02</u>
<u>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</u>		<u>114 064 927,48</u>	<u>115 276 336,63</u>

Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Custos

CUSTOS			
Cód.	Designação	31/12/2019	31/12/2018
	Custo Mat. Cons. Merc. Ven.		
612	Mercadorias		
616	Matérias	3 313 129,10	3 167 542,02
		<u>3 313 129,10</u>	<u>3 167 542,02</u>
62	Fornecimentos e Serviços Ext.	7 241 665,49	6 819 666,82
	Custos com o Pessoal		
641+642	Remunerações	8 391 134,85	8 312 632,29
643 a 648	Encargos Sociais	2 358 439,74	2 244 924,36
		<u>17 991 240,08</u>	<u>17 377 223,47</u>
63	Transf. Cor. Conc. Pres.	2 138 532,57	1 830 301,80
65	Outros Custos Operacionais	286 340,12	308 395,48
66	Amortizações Exercício	5 570 429,39	5 669 168,28
67	Provisões	177 457,39	0,00
	(A)	29 477 128,65	28 352 631,05
68	Custos e Perdas Financeiras	101 584,51	103 019,62
	(C)	29 578 713,16	28 455 650,67
69	Custos e Perdas Extraordinários	570 499,35	1 029 102,06
	(E)	30 149 212,51	29 484 752,73
86	Imposto s/ rend. Exercício		
888	Resultado Exercício	<u>978 338,27</u>	<u>1 048 110,11</u>

Síntese da Estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada – Proveitos

PROVEITOS			
Cód.	Designação	31/12/2019	31/12/2018
	Vendas e Prestações de Serviços		
711	Vendas	1 993 495,08	1 989 082,39
712	Prestações Serviços	648 330,42	513 478,19
713 a 719	Outros Proveitos Operacionais	4 226 376,61	4 536 252,68
		<u>6 868 202,11</u>	<u>7 038 813,26</u>
72	Impostos, Taxas e Outros Variação produção	6 810 087,47	7 252 237,82
73	Proveitos Suplementares	221 974,36	219 086,03
74	Trans. Sub. Cor. Obt.	13 001 823,59	12 019 984,55
75	Trab. p/ Própria Entidade	168 576,52	218 225,41
76	Outros Proveitos Operacionais	332,50	327,50
		<u>20 202 794,44</u>	<u>19 709 861,31</u>
	(B)	27 070 996,55	26 748 674,57
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1 614 835,51	1 597 589,82
	(D)	28 685 832,06	28 346 264,39
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	2 441 718,72	2 186 598,45
	(F)	31 127 550,78	30 532 862,84
Resumo:			
	Res. Operacionais (B-A)	-2 406 132,10	-1 603 956,48
	Res. Financeiros (D-B) - (C-A)	1 513 251,00	1 494 570,20
	Res. Correntes (D-C)	-892 881,10	-109 386,28
	Res. Líquidos do Exercício (F-E-86)	978 338,27	1 048 110,11

Fluxos de Caixa Consolidados Ano 2019

Designação	Fluxos iniciais	Operações internas	Fluxos Consolid.
Saldo Inicial	3 535 103,87	0,00	3 535 103,87
Execução Orçamental	3 237 702,44	0,00	3 237 702,44
Operações de Tesouraria	297 401,43	0,00	297 401,43
Operações de Capital			
<i>Receitas de Capital</i>			
Venda Bens de Investimento	189 921,79	0,00	189 921,79
Transferências Capital	2 594 730,37		2 594 730,37
Activos Financeiros		0,00	0,00
Subsídios			0,00
Empréstimos M/LP			0,00
Outros	607 729,13	-342 779,29	950 508,42
Total Receitas Capital	3 392 381,29	-342 779,29	3 049 602,00
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisições de Bens de Capital	5 000 332,71		5 000 332,71
TRF de Capital	266 586,96		266 586,96
Passivos Financeiros	1 413 148,27		1 413 148,27
Outros	1 058 961,43	-342 779,29	716 182,14
Total Despesas Capital	7 739 029,37	-342 779,29	7 396 250,08
Fluxo de Operações de Capital	-4 346 648,08	0,00	-4 346 648,08
Operações Correntes			
<i>Receitas Correntes</i>			
Impostos	6 613 696,41		6 613 696,41
Taxas, Multas e Out. Penalidades	480 530,04		480 530,04
Rendimentos de Propriedade	1 618 327,23		1 618 327,23
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	8 112 113,72	-617 103,36	7 495 010,36
TRF Administração Central	11 839 320,60		11 839 320,60
Subsídios			
Empréstimos C/P			
Outros	204 972,86	0,00	204 972,86
Total Receitas Correntes	28 868 960,86	-617 103,36	28 251 857,50
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas c/ Pessoal	11 114 721,71		11 114 721,71
Aquisição de Bens e Serviços	10 955 689,95	-617 103,36	10 338 586,59
Custo Mat. Cons. Merc. Venda			
Juros e Outros Encargos	254 576,38	0,00	254 576,38
TRF Correntes	2 070 747,31		2 070 747,31
TRF Equil. Financeiro			
Outros	333 915,61		333 915,61
Total Despesas Correntes	24 729 650,96	-617 103,36	24 112 547,60
Fluxo de Operações Correntes	4 139 309,90	0,00	4 139 309,90
Reposições Não abatidas nos pagamentos	1 659,68		1 659,68
Operações de Tesouraria			
Recebimentos	2 281 187,04	-2 392,42	2 278 794,62
Pagamentos	2 210 995,41	-2 386,17	2 208 609,24
Fluxo de Operações Tesouraria	70 191,63	-6,25	70 185,38
Saldo Final	3 399 617,00		3 399 617,00
Execução Orçamental	3 032 023,94	0,00	3 032 023,94
Operações de Tesouraria	367 593,06	-6,25	367 586,81
Fluxo total do Período	-135 486,87	-6,25	-135 493,12

Fluxos de Caixa Consolidados Ano 2018

Designação	Fluxos iniciais	Operações internas	Fluxos Consolid.
Saldo Inicial	3.415.987,72	0,00	3.415.987,72
Execução Orçamental	3.165.900,49	0,00	3.165.900,49
Operações de Tesouraria	250.087,23	0,00	250.087,23
Operações de Capital			
<i>Receitas de Capital</i>			
Venda Bens de Investimento	343.121,28	0,00	343.121,28
Transferências Capital	1.781.071,40		1.781.071,40
Activos Financeiros		0,00	0,00
Subsídios			0,00
Empréstimos M/LP			0,00
Outros	224.492,20	-27.423,36	251.915,56
Total Receitas Capital	2.348.684,88	-27.423,36	2.321.261,52
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisições de Bens de Capital	4.040.825,31		4.040.825,31
TRF de Capital	116.942,53		116.942,53
Passivos Financeiros	1.902.075,76		1.902.075,76
Outros	614.803,72	-27.423,36	587.380,36
Total Despesas Capital	6.674.647,32	-27.423,36	6.647.223,96
Fluxo de Operações de Capital	-4.325.962,44	0,00	-4.325.962,44
Operações Correntes			
<i>Receitas Correntes</i>			
Impostos	6.874.727,03		6.874.727,03
Taxas, Multas e Out. Penalidades	424.509,30		424.509,30
Rendimentos de Propriedade	1.310.327,17		1.310.327,17
Vendas de Bens e Prestações de Serviços	8.191.420,92	-713.295,34	7.478.125,58
TRF Administração Central	11.194.321,11		11.194.321,11
Subsídios			
Empréstimos C/P			
Outros	206.416,67	-942,61	205.474,06
Total Receitas Correntes	28.201.722,20	-714.237,95	27.487.484,25
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas c/ Pessoal	10.607.055,41		10.607.055,41
Aquisição de Bens e Serviços	10.529.963,78	-713.295,34	9.816.668,44
Custo Mat. Cons. Merc. Venda			
Juros e Outros Encargos	690.916,41	-942,61	689.973,80
TRF Correntes	1.770.645,50		1.770.645,50
TRF Equil. Financeiro			
Outros	206.590,35		206.590,35
Total Despesas Correntes	23.805.171,45	-714.237,95	23.090.933,50
Fluxo de Operações Correntes	4.396.550,75	0,00	4.396.550,75
Reposições Não abatidas nos pagamentos	1.213,64		1.213,64
Operações de Tesouraria			
Recebimentos	2.178.359,02	-2.039,24	2.176.319,78
Pagamentos	2.131.044,82	-2.039,24	2.129.005,58
Fluxo de Operações Tesouraria	47.314,20	0,00	47.314,20
Saldo Final	3.535.103,87		3.535.103,87
Execução Orçamental	3.237.702,44	0,00	3.237.702,44
Operações de Tesouraria	297.401,43	0,00	297.401,43
Fluxo total do Período	119.116,15	0,00	119.116,15

Anexo às Demonstrações Financeiras

1- Caracterização da Entidade Consolidante

Município de Tomar
Praça da República
2300-550 Tomar

NIF: 506 738 914

Composição do Órgão executivo de 01/01/2019 a 31/12/2019:

Presidente:

Anabela Gaspar de Freitas

Vereadores:

Hugo Renato Ferreira Cristóvão

José Manuel Mendes Delgado

Filipa Alexandra Ferreira Fernandes

Célia Maria Nunes Azevedo Bonet

Hélder Duarte Henriques

Luis Manuel Monteiro Ramos

Órgão de fiscalização:

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda. (SROC n.º 116)

Sistema aplicável de Contabilidade:

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Data referência da Prestação de Contas:

31 de dezembro de 2019

Estado das contas individuais do exercício:

Foram aprovadas em reunião de Câmara no dia 08 de junho e na 2ª sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 19 de junho de 2020.

Tipo de Entidade:

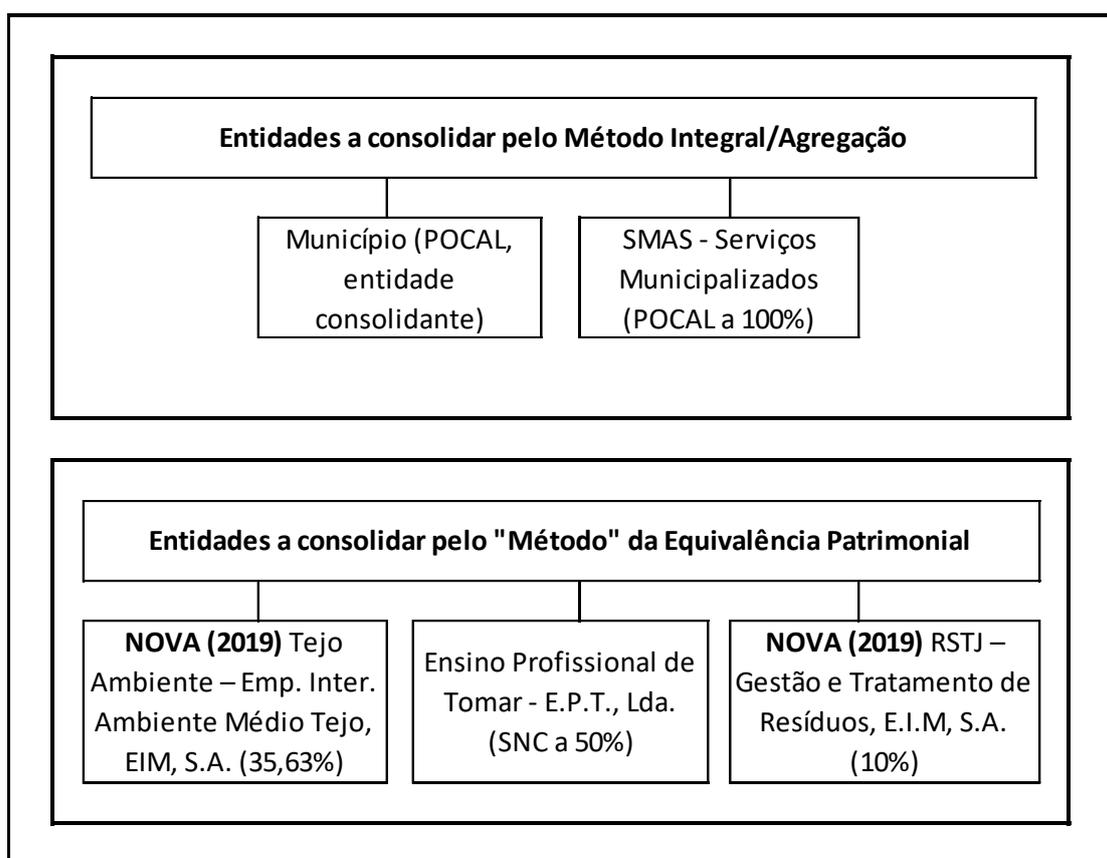
Município

2- Definição perímetro de consolidação

Os princípios tomados para a definição do perímetro de consolidação foram os estabelecidos pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (Nova Lei das Finanças Locais) e portaria 474/2010 (Orientação n.º 1/2010), pelo que o perímetro de consolidação é o seguinte:

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOMAR

(segundo a Lei n.º 73/2013 e a Portaria n.º 474/2010 - Orientação n.º1/2010)



Fora do perímetro de consolidação:

- Águas do Centro, S.A. (5,82%)
- TomarPolis, S.A. (40,00%)
- Ribacarnes, S.A. (2,09%)
- DET -Desen. Econo. Tecnol. (0,33%)
- Tagusgás, S.A. (0,10%)

Na caracterização de cada uma das entidades pode ser consultada a razão da inclusão/exclusão de cada uma delas.

3- Caracterização das Entidades Participadas incluídas no perímetro de consolidação

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara de Tomar

Praça da República, n.º 4

2300-550 Tomar

NIF: 680 039 457

Composição dos Órgãos sociais a 31/12/2019:

Órgão executivo a 31/12/2019:

Presidente:

Anabela Gaspar de Freitas

Vogais:

Hélder Duarte Henriques

Filipa Alexandra Ferreira Fernandes

Responsável pela direção da Entidade:

Francisco Manuel Cesário Marques

Órgão de fiscalização: Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda.
(SROC n.º 116)

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Tipo de Entidade: Serviços municipalizados

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2019

Estado das contas individuais do exercício: aprovadas

Capital/participação detida: 100%, totalmente de forma direta

Número médio de trabalhadores, repartidos por categoria:

	2018	2019
Total de Trabalhadores Permanentes	106	87
Total de Trabalhadores Temporários	6	6
Outras Situações	0	0
Total de Trabalhadores	112	93

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: São serviços municipalizados, e tal como referido no artigo 75.º da LFL são de inclusão obrigatória.

Método Consolidação aplicado: Simples Agregação

EPT - Ensino Profissional de Tomar, Lda

Avenida Cândido Madureira

2300-531 Tomar

NIF: 504 699 326

Composição dos Órgãos sociais:

Gerência

Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Fernando Lopes de Jesus

Francisco José dos Santos Faria

Conselho Fiscal

Presidente: José Fortunato Pereira

Vogal: Nascimento Ferreira Costa

Órgão de fiscalização: Não Aplicável

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Escola Profissional (Setor Empresarial do Estado - SEE)

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2019

Estado das contas individuais do exercício: a 23 de junho de 2020 ainda não foram submetidas a aprovação

Capital/participação detida: 50%, totalmente de forma direta

Presunção de Controlo: Não

Número médio de trabalhadores, repartidos por categoria:

	2018	2019
Total de Trabalhadores Permanentes	27	18
Total de Trabalhadores Temporários	1	6
Outras Situações	-	-
Total de Trabalhadores	28	24

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: Apesar de ser detida uma participação de 50% não existe poder de controlo, ou presunção do mesmo. Assim, e tendo em conta a elevada percentagem detida optou-se por registar esta entidade desde logo nas contas individuais do Município por via do método da equivalência patrimonial. Apesar deste método não estar expressamente previsto no POCAL a sua utilização é aceite e devidamente reconhecida pelas entidades reguladoras (mesmo a

nível de contas individuais). A sua aplicação está aliás prevista, nos casos similares ao da participação da EPT, na Portaria nº 474/2010, mais concretamente na alínea c) do ponto 6.5, sendo que no caso em concreto não será necessário realizar qualquer procedimento nas contas consolidadas, pois este método foi já aplicado nas contas individuais.

Método Consolidação aplicado: Equivalência Patrimonial

TEJO AMBIENTE – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM, SA
Edifício Paço do Conde, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro
2490-548 Ourém
NIF: 515545236

Composição dos Órgãos sociais:

Assembleia Geral

Presidente – Município de Mação, representado por Vasco António Mendonça Sequeira Estrela

Vice-presidente – Município de Vila Nova da Barquinha, representado por Fernando Manuel dos Santos Freire

Secretário – Município de Sardoal, representado por António Miguel Cabedal Borges

Conselho de Administração

Presidente – Município de Tomar, representado por Anabela Gaspar de Freitas

Vogal – Município de Ourém, representado por Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque

Vogal – Município de Ferreira do Zêzere, representado por Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores

Órgão de fiscalização: Fiscal único - Dr. Victor Santos, da SROC VLSantos & Associados

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima (Setor Empresarial Local)

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2019

Estado das contas individuais do exercício: aprovadas

Capital/participação detida: 35,63%, totalmente de forma direta

Presunção de Controlo: Não

Número médio de trabalhadores, repartidos por categoria:

	2018	2019
Total de Trabalhadores Permanentes	n/a	0
Total de Trabalhadores Temporários	n/a	0
Outras Situações- Diretores	n/a	3
Total de Trabalhadores	n/a	3

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: Detida em 35,63%, sem poder de controlo. Assim, e tendo em conta a elevada percentagem detida optou-se por registar esta entidade desde logo nas contas individuais do Município por via do método da equivalência patrimonial. Apesar deste método não estar expressamente previsto no POCAL a sua utilização é aceite e devidamente reconhecida pelas entidades reguladoras (mesmo a nível de contas individuais). A sua aplicação está aliás prevista, nos casos similares ao da participação da EPT, na Portaria nº 474/2010, mais concretamente na alínea c) do ponto 6.5, sendo que no caso em concreto não será necessário realizar qualquer procedimento nas contas consolidadas, pois este método foi já aplicado nas contas individuais.

Método Consolidação aplicado: Equivalência Patrimonial

RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A

Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão

2140-671 Carregueira

NIF: 515332607

Composição dos Órgãos sociais:Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Município de Santarém, representado pelo Sr. Vereador Jorge Manuel Fernandes Rodrigues

Vogal - Município de Tomar, representado pelo Sr. Vereador Hélder Duarte Henriques

Vogal - Município de Vila Nova da Barquinha, representado pelo Sr. Vereador Rui Constantino Martins

Conselho de Administração

Presidente - Município do Entroncamento, representado Sr. Presidente Jorge Manuel Alves de Faria

Administrador - Município da Chamusca, representado Sr. Presidente Paulo Jorge Mira L. C. Queimado

Administrador - Município de Alcanena, representado pela Sr. Vereador Hugo André Silva Ferreira Santarém

Órgão de fiscalização: Fiscal único – Dr. Paulo Dinis Delgado Chaves da Floriano Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima (Setor Empresarial Local)

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2019

Estado das contas individuais do exercício: a 23 de junho de 2020 ainda não foram submetidas a aprovação

Capital/participação detida: 10,00%, totalmente de forma direta

Presunção de Controlo: Não

Número médio de trabalhadores, repartidos por categoria:

	2018	2019
Total de Trabalhadores Permanentes	n/a	0
Total de Trabalhadores Temporários	n/a	0
Outras Situações	n/a	0
Total de Trabalhadores	n/a	0

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: Detida em 10,00%, sem poder de controlo. Assim, e tendo em conta a baixa percentagem detida a participação está registada, nas contas individuais do Município, pelo custo de aquisição. Assim será necessário realizar a aplicação do método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas.

Método Consolidação aplicado: Equivalência Patrimonial

4- Caracterização das Entidades Participadas excluídas do perímetro de consolidação

Águas do Vale do Tejo, S.A.

Av. da Liberdade, 24
1250-144 Lisboa
NIF: 513 606 130

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos (Setor Empresarial do Estado – SEE)

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2019

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas pelo Conselho de administração em 27 de fevereiro de 2020 e pelo Conselho Fiscal em 10 de março de 2020.

Capital/participação detida: 1,67%, detida de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor reduzido (1,67%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 83.759.578,00€ (detidos 1.396.570,05€)
- **Valor Capital Próprio:** 204.732.681€
- **Valor total do Ativo:** 1.046.783.551€
- **Resultado do Exercício:** 4.222.375€

TomarPólis, S.A.

Rua Serpa Pinto, 6
2300-592 Tomar
NIF: 506 018 776

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Oficial de Contabilidade.

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos (Setor Empresarial do Estado – SEE)

Data referência da Prestação de Contas: A última prestação de contas foi em 2009.

Estado das contas do exercício: A entidade encontra-se há já algum tempo para ser liquidada, não estando disponíveis contas atualizadas da mesma.

Capital/participação detida: 40,00%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Para além da participação não ser de valor demasiado elevada (40,00%), não havendo assim poder de controlo/decisão claro, e também pela falta de informação atualizada já anteriormente referida, optou-se por manter o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 2.432.500,00€

Ribacarne – Matadouro Regional do Ribatejo Norte, S.A.

Zona Industrial – Santa Cita
2305 – 127 Asseiceira TMR
NIF: 501 611 835

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima com uma parte de capitais públicos (Participação Local)

Data referência da Prestação de Contas: A entidade encontra-se em processo de insolvência

Estado das contas do exercício: Como referido a entidade encontra-se em processo de insolvência, pelo que não estão disponíveis dados atualizados

Capital/participação detida: 2,09%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Para além da participação ser de valor reduzido (2,09%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, também não estão disponíveis dados atualizados.

TáqusGás, S.A.

Parque de Negócios do Cartaxo
EN 114, 26 a 29
2070-046 Cartaxo
NIF: 503 956 538

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima com uma parte de capitais públicos (Participação Local)

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2019

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas pelo Conselho de administração e pelo Conselho Fiscal em 03 de março de 2020

Capital/participação detida: 0,10%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor extremamente reduzido (0,10%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 12.500.000,00€
- **Valor Capital Próprio:** 70.898.674,13€
- **Valor total do Ativo:** 90.886.439,39€
- **Total Proveitos:** 16.977.464,68€
- **Resultado do Exercício:** -194.020,03€
- **Cumprimento regra do equilíbrio financeiro:** Sim

DET – Desenvolvimento Económico e Tecnológico

Rua Conde da Ribeira Grande, It 2
Zona Industrial – Apartado 445
2001-905 Santarém
NIF: 503 527 823

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima com uma parte de capitais públicos (Participação local)

Data referência da Prestação de Contas: N.D.

Estado das contas individuais do exercício: desconhece-se.

Capital/participação detida: 0,33%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor extremamente reduzido (0,33%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 750.000,00€

Fundo de Apoio Municipal (FAM)

Rua Gregório Lopes, Lote 1514 r/c

1400-195 Lisboa

NIF: 513 319 182

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Oficial de Contabilidade Pública

Tipo de Entidade: Fundo, de direito público, constituído em 50% pelo governo central e os restantes 50% por Municípios (SEE)

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2019

Estado das contas individuais do exercício: a 23 de junho de 2020 aguardam aprovação da Comissão de Acompanhamento

Capital/participação detida: 0,16%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor extremamente reduzido (0,16%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 417.857.175,00€
- **Resultado do Exercício:** 5.378.171,80€

5- Comparabilidade das contas

O ano de 2019 é comparável com o ano de 2018, uma vez que as “novas” entidades incorporadas em 2019 no perímetro de consolidação foram criadas no ano de 2019 e os demais princípios tomados foram os mesmos.

6- Situações em que o resultado do exercício foi afetado

Não houve situações que afetassem o resultado do exercício que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

7- Situações em que ocorreu o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada

No caso das participações detidas na Ensino Profissional de Tomar (50%), Tejo Ambiente (35,63%) e RSTJ (10%), optou-se por consolidar estas entidades pelo método da equivalência patrimonial (aplicado desde logo nas contas individuais do município no caso da EPT e Tejo Ambiente). Apesar de este método não estar expressamente referido

na Lei nº 73/2013, este, mesmo a nível de contas individuais, tem sido aceite e até recomendado por diversas entidades. A sua aplicação não coloca em causa, de forma alguma, os princípios estabelecidos na referida Lei, pelo contrário, contribuem ainda mais para obter uma imagem verdadeira e apropriada da real posição do Município na entidade. Este método está ainda previsto na Portaria 474/2010 na alínea c) do ponto 6.5, mantendo-se a mesma ainda em vigor atualmente.

8- Alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Como já refiro anteriormente, em 2019 foram incluídas duas novas entidades no perímetro de consolidação, a Tejo Ambiente e RSTJ que foram constituídas em 2019.

9- Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação de 2019

1) Anulação da Participação Financeira nos SMAS (detidos a 100%):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
51 Património	3 128 962,57	411 Participações Financeiras	4 149 095,49
551 Ajustamentos	499 330,16	682 Perdas entidades Part.	328 969,17
57 Reservas	252 661,01		
59 Result. Transitados	597 110,92		
Somatório	4 478 064,66	Somatório	4 478 064,66

2) Anulação da dívida a liquidar pelos SMAS ao Município por conta de bens transferidos:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
268 Outros Credores	508 090,98	264 Admin. Autarq.	508 090,98
Somatório	508 090,98	Somatório	508 090,98

3) Anulação da dívida a liquidar pelos SMAS ao Município por conta de empréstimos:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
268 Outros Credores	449 041,62	264 Admin. Autarq.	449 041,62
Somatório	449 041,62	Somatório	449 041,62

4) Anulação de várias contas correntes entre as entidades (água, saneamento e forn. Imob):

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
228 Fornecedores Recp. Conf.	1 799 576,77	211 Clientes c/c	1 825 677,62
221 Fornecedores c/c	26 100,85	271 Acrésc. Proveitos	56 188,02
273 Acréscimos custos	56 188,02		
Somatório	1 881 865,64	Somatório	1 881 865,64

5) Anulação das transações de Gasóleo e seguros entre as entidades:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
71 Vendas	165 178,92	622 Combustíveis	165 178,92
228 Fornecedores Recp. Conf.	26 579,75	271 Acrésc. Proveitos	26 579,75
221 Fornecedores c/c	5 464,10	622 Seguros	5 464,10
79 Prov. Extraordinários	5 464,10	268 Outros Devedores	5 464,10
Somatório	202 686,87	Somatório	202 686,87

6) Anulação da facturação de 2019 dos SMAS ao Município e acerto de anos anteriores:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
71 Vendas - Água	398 971,96	622 Água - Consumo	398 971,96
Somatório	398 971,96	Somatório	398 971,96

7) Anulação restantes contas correntes 21 e 22 assim como acréscimos da alienação de bens pela CMT aos SMAS relacionados com a Limpeza Urbana anos anteriores e despesas candidaturas proj.

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
273 Acréscimos custos	261 725,21	21 Clientes c/c	284 165,22
221 Fornecedores c/c	15 537,72	268 Outros Devedores	358 841,73
228 Fornecedores Recp. Conf.	221 643,05		
79 Prov. Extraordinários	97 116,50		
59 Result. Transitados	46 984,47		
Somatório	643 006,95	Somatório	643 006,95

8) Anulação dos montantes relacionados com a reposição de pavimentos:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
273 Acréscimos custos	48 505,73	271 Acrésc. Proveitos	48 505,73
71 Vendas	48 505,73	622 Trab. Especializados	48 505,73
Somatório	97 011,46	Somatório	97 011,46

9) Anulação do apoio 2019 aos reformados domésticos:

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
71 Vendas	56 188,02	622 Água	56 188,02
Somatório	56 188,02	Somatório	56 188,02

10) Eliminação do lucro contido na alienação de bens pela CMT aos SMAS relacionados com a Limpeza Urbana (operação realizada em 2016)

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
59 Outros Proveitos	319 471,90	423 Equip. Básico	309 440,72
		425 Ferramentas e Uten.	10 031,18
Somatório	319 471,90	Somatório	319 471,90

11) Anulação das amortizações do exercício e acumuladas relativas à quota-parte dos bens da Limpeza Urbana que geraram lucro aquando da transferência em 2016 da CMT para os SMAS

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
4823 Amort. Equip. Básico	295 772,50	6623 Amort. Exec. Eq. Básico	73 943,13
4825 Amort. Ferram. Utens.	10 031,17	6625 Amort. Exec. F. Utens.	2 507,80
		59 Result. Transitados	229 352,74
Somatório	305 803,67	Somatório	305 803,67

12) Aplicação de MEP à participação de 10% na RSTJ

Conta a débito	Valor	Conta a crédito	Valor
49 Provisões Invest. Financeiro	252,71	696 Prov. Invest. Financeiros	252,71
682 Perdas em Participadas	252,71	411 Participações Financeiras	252,71
Somatório	505,42	Somatório	505,42

10- Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”

Esta rubrica não foi utilizada.

11- Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos

Não ocorreram quaisquer casos destes.

12- Descrição de acontecimento importantes e/ou relevantes relacionados com as entidades incluídas no perímetro da consolidação entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado

Apesar de não se tratar de acontecimentos ocorridos no período de tempo referido, importa referir que a Ribacarnes, S.A. encontra-se em processo de Insolvência, e que a TomarPólis, S.A., se encontra em fase de liquidação já há bastante tempo não sendo ainda possível prever a data de desfecho deste processo.

13- Métodos de contabilização utilizados pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação relativamente à contabilização das participações

Das entidades incluídas no perímetro de consolidação é o Município de Tomar que possui todas as participações financeiras.

À exceção dos Serviços Municipalizados (SMAS), do EPT - Ensino Profissional de Tomar e da Tejo Ambiente, que estão contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, e no caso do Fundo de Apoio Municipal (FAM) que está valorizado ao valor comunicado pelo mesmo, todas as demais participações estão registadas pelo método do custo histórico.

14- Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

No quadro de seguida apresentado evidenciam-se as dívidas de médio e longo prazo. Para a elaboração do quadro considerou-se, que desde que uma dívida total, ou parcialmente, vencesse a 4 ou mais anos deveria ser evidenciada pelo seu valor total em dívida à data de 31 de dezembro de 2019. Tenha-se em atenção que pelo facto de neste mapa se ter em atenção as percentagens de participação, os totais poderão não cruzar diretamente com as demonstrações financeiras.

Os valores indicados nas participadas já estão multiplicados pela percentagem de participação detida:

	Dívidas a terceiros de Médio/longo Prazos											Eliminação de Créditos / dívidas	Grupo público consolidado	
	Município Tomar	SMAS	EPT, Lda.	Tejo Ambiente	RSTJ	TomarPólis, S.A.	Águas do Centro SA	Ribacarnes, S.A.	DET	FAM	Tágusgás, S.A.			TOTAL
Método registo participação financeira contas individuais	N.A.	Método Equivalência Patrimonial	Método Equivalência Patrimonial	Método Equivalência Patrimonial	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Valorização Comunicada (se disponível)	Custo	N.A.	N.A.	N.A.
Incluído perimetro consolidação	N.A.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	N.A.	N.A.	N.A.
% participação	N.A.	100%	50%	36%	10%	40%	0,8%	2,1%	0,3%	0,2%	0,1%	N.A.	N.A.	N.A.
Situação financeira equilibrada (Lei 50/2012)	N.A.	Não	Sim	Sim	Não	Desconhecido	Sim	Em insolvência	Desconhecido	Sim	Sim	N.A.	N.A.	N.A.
1														
Código/designação das contas (1)	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13 = Somatório de 2 a 12	14	15=13-14
23/25/26 - Empréstimos e Dívidas Médio Longo Prazo	12 218 194,78	0,00	0,00	0,00	0,00	Desconhecido	0,00	Em insolvência	Desconhecido	0,00	0,00	12 218 194,78	0,00	12 218 194,78
Total	12 218 194,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 218 194,78	0,00	12 218 194,78

(1) Contas 23 nas entidades que utilizam POCAL e 25 nas entidades que utilizam SNC.

15- Informações relativas à Dívida Bruta Total

No quadro de seguida apresentado evidencia-se a Dívida Bruta Total, calculado segundo as regras aplicáveis à entidade consolidante, à data de 31 de dezembro de 2019.

Entidades Relevantes	Total das dívidas a terceiros do balanço a 31.12.2019				DÍVIDA BRUTA	Eliminações de créditos/dívidas recíprocas			DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA
	MLP	CP	FAM	Operações não orçamentais		Débito (-) (6)	Crédito (+) (7)	Lançamento	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)-(4)				(8)=(5)+(6)-(7)
Município	12 218 194,78 €	5 054 649,13 €	36 531,50 €	297 052,21 €	16 939 260,20 €	1 825 677,62 €	- €	4	15 113 582,58 €
SM	0,00 €	3 723 766,61 €	0,00 €	70 540,86 €	3 653 225,75 €	1 226 357,22 €	- €	2, 3, 5 e 7	2 426 868,53 €
Total	12 218 194,78 €	8 778 415,74 €	36 531,50 €	367 593,07 €	20 629 017,45 €	3 052 034,84 €	- €		17 540 451,11 €

A dívida consolidada no valor total de 17.540.451,11€, não releva para efeitos legais de endividamento. Assim, apresenta-se o resumo da aferição da dívida total calculada pela DGAL.

Limite da dívida total - artº 52 da Lei nº 73/2013 **40 396 340,32**

Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM 17 272 843,91

SM+AM+SEL+Entidades participadas 3 931 939,08

Dívida Total **21 204 782,99**

Dívidas não orçamentais 297 052,21

Conta 268126 (FAM) 36 531,50

Total da dívida a terceiros excluindo dívidas não orçamentais e FAM **20 871 199,28**

Margem **19 525 141,04**

16- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Nos quadros seguintes são apresentados os saldos e fluxos financeiros entre entidades do perímetro de consolidação, à data de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Ano:

(unidade: euro)

Tipo de fluxos	Município e SMAS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Recebi. ou equiv. do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Recebi. ou equiv. do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos	-259 999,08	-216 550,00		27 100,00	-449 449,08	259 999,08	216 550,00		-27 100,00	449 449,08
Relações Comerciais	-943 431,15	-525 265,20		291 489,76	-1 177 206,59	1 526 889,24	321 053,52		-291 489,76	1 556 453,00
Part. Capital Numerário										
Part. Capital Espécie										
Outros	-607 220,42			99 129,29	-508 091,13	607 220,42			-99 129,29	508 091,13
TOTAL	-1 810 650,65	-741 815,20	0,00	417 719,05	-2 134 746,80	2 394 108,74	537 603,52	0,00	-417 719,05	2 513 993,21

Ano: 2018

(unidade: euro)

Tipo de fluxos	Município e SMAS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Recebi. ou equiv. do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Recebi. ou equiv. do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos	-287 422,44			27 423,36	-259 999,08	287 422,44			-27 423,36	259 999,08
Relações Comerciais	-1 019 879,63	-173 348,63		249 797,11	-943 431,15	1 365 822,49	495 081,51		-334 014,76	1 526 889,24
Part. Capital Numerário										
Part. Capital Espécie										
Outros	-607 220,42			0,00	-607 220,42	607 220,42			0,00	607 220,42
TOTAL	-1 914 522,49	-173 348,63	0,00	277 220,47	-1 810 650,65	2 260 465,35	495 081,51	0,00	-361 438,12	2 394 108,74

Ano: 2019

(unidade: euro)

Tipo de fluxos	Município e Tejo Ambiente									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Recebi. ou equiv. do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Recebi. ou equiv. do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais										
Part. Capital Numerário	0,00	-213 792,00		213 792,00	0,00	0,00	213 792,00		-213 792,00	0,00
Part. Capital Espécie										
Outros										
TOTAL	0,00	-213 792,00	0,00	213 792,00	0,00	0,00	213 792,00	0,00	-213 792,00	0,00

Ano: 2019

(unidade: euro)

Tipo de fluxos	Município e Tejo RSTJ									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Recebi. ou equiv. do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Recebi. ou equiv. do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais										
Part. Capital Numerário	0,00	-5 000,00		5 000,00	0,00	0,00	5 000,00		-5 000,00	0,00
Part. Capital Espécie										
Outros										
TOTAL	0,00	-5 000,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00	0,00	-5 000,00	0,00

17- Montante global dos compromissos financeiros, e de responsabilidades por garantias prestadas, que não figurem no balanço consolidado, no caso em que seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação

O Município e os SMAS têm, registados na rubrica de compromissos futuros, uma verba total de 42.120.759,84€, a qual se reparte da seguinte forma:

Município: 42.117.890,20€

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento: 2.869,64€

Quer o Município, quer os SMAS não prestaram quaisquer garantias ou cauções no exercício de 2019.

O Município detinha garantias prestadas por Fornecedores de Imobilizado no montante de 1.364.802,43€ e os SMAS detinham garantias prestadas por Fornecedores de Imobilizado no montante de 51.615,01€.

Os empréstimos contraídos pelas Entidades POCAL têm como garantia as receitas futuras.

18- Critérios Valorimétricos aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor

Os critérios utilizados foram os estabelecidos pelo POCAL.

Os critérios valorimétricos utilizados foram os seguintes:

As contas foram elaboradas no pressuposto de continuidade da Autarquia, em conformidade com o custo histórico e em concordância com os conceitos fundamentais de consistências de critérios, de prudência e especialização de exercícios.

IMOBILIZAÇÕES

IMOBILIZADO INCORPÓREO

O imobilizado incorpóreo adquirido no exercício de 2019 foi valorizado ao custo de aquisição.

IMOBILIZADO CORPÓREO / BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO

O imobilizado corpóreo adquirido no exercício de 2019 foi valorizado ao custo de aquisição, ou no caso das grandes reparações e beneficiações pelo seu custo real.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A participação financeira na EPT - Escola Profissional de Tomar, Lda e Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, S.A., está valorizada pelo método da equivalência patrimonial, o Fundo de Apoio Municipal (FAM) está valorizado ao valor comunicado pelo mesmo. As restantes participações estão valorizadas ao custo histórico.

IMOBILIZADO EM CURSO

O imobilizado corpóreo, o imobilizado incorpóreo e os bens de domínio público em curso constantes do balanço de 2019 foram valorizados ao custo de aquisição e são transferidas para imobilizado no momento da sua receção provisória.

EXISTÊNCIAS

As existências adquiridas no exercício de 2019 foram valorizadas ao custo de aquisição. As saídas de armazém foram valorizadas ao custo médio ponderado.

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

DISPONIBILIDADES

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

AMORTIZAÇÕES

As amortizações dos bens móveis, das viaturas e dos bens imóveis seguiram o método das quotas constantes.

PROVISÕES

Depois de analisada a antiguidade de saldos existente nas contas de terceiros (Conta 21- Clientes, contribuintes e utentes) com referência à data de 31/12/2019, foram efetuados os necessários ajustes às provisões para cobrança duvidosa, nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL, para as entidades abrangidas por este plano de contas.

CUSTOS E PROVEITOS

Foi seguido o princípio da especialização de exercícios, isto é, os custos e proveitos foram reconhecidos no exercício em análise, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

19- Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras

Não existiam elementos em nenhuma das entidades incluídas no perímetro de consolidação que necessitassem de conversão para euros.

20- Comentário às Contas 431 “Despesas de Instalação” e 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento”

Os movimentos ocorridos em imobilizações incorpóreas foram aquisições de programas informáticos e projetos, não propriamente despesas de carácter “despesas de instalação” e “Despesas de investigação e de desenvolvimento”.

21- Os movimentos ocorridos no imobilizado foram os seguintes:

Ativo Bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Mov. Consolid.	Saldo Final
Bens de Domínio Público							
Terrenos e recursos naturais	1 527 331,87	46 560,77					1 573 892,64
Edifícios	36 000,00	-15 000,00					21 000,00
Outras Construções	54 843 093,02	18 306,73			1 180 720,17		56 042 119,92
Bens do Património Hist. Art. Cult.	398 943,61				344,35		399 287,96
Outros bens domínio público	11 482,59						11 482,59
Imobilizações em curso	718 384,68		820 690,77		-1 190 961,25		348 114,20
Adiantamentos							
	57 535 235,77	49 867,50	820 690,77	0,00	-9 896,73		58 395 897,31
Imobilizações incorpóreas							
Despesas de instalação	3 333 138,99	115 848,19	43 836,17				3 492 823,35
Despesas de investigação e desenv.	899 542,75		9 766,51		24 600,00		933 909,26
Prop industrial e out. direitos	1 068 388,35		22 076,54				1 090 464,89
Imobilizações em curso	23 370,00		11 484,51		-24 600,00		10 254,51
Adiantamentos							
	5 324 440,09	115 848,19	87 163,73	0,00	0,00		5 527 452,01
Imobilizações corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	11 035 975,04	66 035,90					11 102 010,94
Edifícios e outras construções	86 310 139,41	-26 287,50	158 767,55		663 617,32		87 106 236,78
Equipamento Básico	14 147 587,32		282 446,52		2 207 661,99	-309 440,72	16 328 255,11
Equipamento de Transporte	3 712 970,27		83 949,75		-3 249,24		3 793 670,78
Ferramentas e Utensílios	368 303,13	57,00	15 715,11		-2 169,50	-10 031,18	371 874,56
Equipamento Administrativo	2 312 570,45		61 712,66		-4 680,30		2 369 602,81
Taras e vasilhame	0,00						
Outras imobilizações corpóreas	3 048 183,04	44,63	100 053,59				3 148 281,26
Imobilizações em curso	1 322 276,45	-28 751,57	2 770 472,61		-2 861 382,58		1 202 614,91
Adiantamentos	550 000,00						550 000,00
	122 808 005,11	11 098,46	3 473 117,79	0,00	-202,31	-319 471,90	125 972 547,15
Investimentos em Imóveis							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções	8 978,90						8 978,90
Imobilizações em curso							
Adiantamentos							
	8 978,90	0,00	0,00	0,00	0,00		8 978,90
Investimentos Financeiros							
Partes de capital	7 172 640,13	-329 741,00	218 792,00			-4 149 348,20	2 912 342,93
Obrigações e títulos participação	657 567,00						657 567,00
Outras aplicações financeiras							
Depósitos em inst. financeiras							
Títulos da dívida pública							
Outros títulos							
Imobilizações em curso							
Adiantamentos							
	7 830 207,13	-329 741,00	218 792,00	0,00	0,00	-4 149 348,20	3 569 909,93

Amortizações e Provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Mov. Consolid.	Saldo Final
Bens de Domínio Público					
Terrenos e recursos naturais		153,97			153,97
Edifícios	15 653,25	1 625,25	-575,25		16 703,25
Outras Construções	32 678 549,86	3 882 110,61	-1 258 532,41		35 302 128,06
Bens do Património Hist. Art. Cult.	555,20	7 016,18	-277,60		7 293,78
Outros bens domínio público	9 561,23	296,10	-98,70		9 758,63
	32 704 319,54	3 891 202,11	-1 259 483,96		35 336 037,69
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	2 828 962,15	359 052,03	-97 096,60		3 090 917,58
Despesas de investigação e desenv.	653 806,43	379 827,89	-132 261,26		901 373,06
Prop industrial e out. direitos	965 407,73	43 785,27	-14 524,68		994 668,32
	4 448 176,31	782 665,19	-243 882,54		4 986 958,96
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	28 937 031,83	2 272 311,59	-655 124,31		30 554 219,11
Equipamento Básico	11 126 443,69	660 712,29	-109 735,60	-295 772,50	11 381 647,88
Equipamento de Transporte	3 194 475,05	191 706,08	-74 079,27		3 312 101,86
Ferramentas e Utensílios	315 443,49	34 703,72	-12 716,70	-10 031,17	327 399,34
Equipamento Administrativo	2 239 328,14	92 614,28	-35 648,39		2 296 294,03
Taras e vasilhame					
Outras imobilizações corpóreas	2 584 648,28	150 576,57	-45 790,54		2 689 434,31
	48 397 370,48	3 402 624,53	-933 094,81	-305 803,67	50 561 096,53
Investimentos em Imóveis					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	2 214,93	112,24			2 327,17
	2 214,93	112,24	0,00		2 327,17
Investimentos Financeiros					
Partes de capital		252,71		-252,71	0,00
Obrigações e títulos participação					
Outras aplicações financeiras					
Depósitos em inst. financeiras					
Títulos da dívida pública					
Outros títulos					
	0,00	252,71	0,00	-252,71	0,00

22- Custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados neste período

No presente exercício nenhuma das entidades incluídas no perímetro de consolidação capitalizou qualquer valor nas suas imobilizações em curso.

23- Indicação do valor global das imobilizações corpóreas e em curso que se encontram em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia e das imobilizações reversíveis

Imobilizações em poder de terceiros.

Não aplicável.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Nº de inventário	Conta patrimonial	Descrição	Valor bruto	Valor líquido	Entidade
41488	42219	Habitação do Guarda da Mata dos Setes Montes	198.356,64 €	178.314,34€	Instituto de Conservação da Natureza

24- Relação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar

Atendendo ao elevado número de bens do imobilizado existentes na autarquia, não foi possível à Comissão de Avaliação constituída para o efeito proceder à valorização de todos os bens.

Os bens serão introduzidos nas contas da autarquia à medida que for sendo possível a sua inventariação e valorização.

25- Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais

Não aplicável.

26- Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado

Não aplicável.

27- Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado

Não aplicável.

28- Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor

Não aplicável.

29- Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão

As garantias reais prestadas, e tal como referido no ponto 17, são as receitas futuras para os empréstimos das entidades POCAL.

30- Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas

Não aplicável.

31- Discriminação dos movimentos ocorridos na rubrica de Fundos Próprios (Grupo)

Rubrica	Saldos iniciais individuais somados	Aumento	Redução	Mov. Consolid.	Saldo final consolidação
51 - Património	36 577 146,99	215 940,38	126 324,48	-3 128 962,57	33 537 800,32
53- Outros Inst. Capital Próprio					
55 - Ajustamentos Partes Capital	650 772,52		4 296,04	-499 330,16	147 146,32
56 - Reservas Reavaliação					
57 - Reservas	2 215 793,10	48 846,16		-252 661,01	2 011 978,25
59 - Resultado Transitado	22 807 760,38	1 898 079,08	1 591 083,78	-734 214,55	22 380 541,13
88 - Resultado do Exercício	359 339,36	1 612 728,03	1 302 032,72	308 050,89	978 085,56
TOTAL	54 798 613,56	3 775 593,65	3 023 737,02	-4 307 117,40	59 055 551,58

A posição inicial reflete a soma da situação das contas individuais dos Fundos próprios do Município e dos SMAS.

Os valores referentes aos aumentos e reduções dizem somente respeito aos movimentos nas contas individuais, enquanto a coluna movimentos consolidados reflete os movimentos efetuados no âmbito da consolidação de contas.

32- Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

As vendas e prestações de serviços registados durante o exercício de 2018, repartido por categorias de atividade foram os seguintes:

Actividade	Entidade	Área Geográfica	Valor Facturado	Facturação dentro perímetro	Valor facturado consolidado
Vendas de Bens e Mercadorias					
Vendas de Bens	Município	Portugal	209 095,86	165 178,92	43 916,94
Outros	Município	Portugal	0,00		0,00
Água	SMAS	Portugal	2 081 069,22	131 491,08	1 949 578,14
Outros	SMAS	Portugal	0,00		0,00
<u>Subtotal</u>			2 290 165,08	296 670,00	1 993 495,08
Prestações de Serviços					
Outros	Município	Portugal	1 013 543,34	48 505,73	965 037,61
Saneamento	SMAS	Portugal	1 380 752,74	90 096,78	1 290 655,96
Água	SMAS	Portugal	1 407 008,16	91 809,99	1 315 198,17
Resíduos Sólidos	SMAS	Portugal	1 311 441,92	85 574,11	1 225 867,81
Outros	SMAS	Portugal	134 135,50	56 188,02	77 947,48
<u>Subtotal</u>			5 246 881,66	372 174,63	4 874 707,03
TOTAL			7 537 046,74	668 844,63	6 868 202,11

33- Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros

Não aplicável.

34- Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Entidade	Tipo de Órgão	Custo Remunerações	Encargos Sociais	Outros	Prestações de serviço/avença	Total
Município	Órgãos Autárquicos	118 747,72	34 091,88			152 839,60
	Senhas de Presença			37 390,96		37 390,96
	Revisor Oficial de Contas *				12 000,00	12 000,00
Subtotal		118 747,72	34 091,88	37 390,96	12 000,00	202 230,56
SMAS	Conselho Administração					0,00
	Revisor Oficial de Contas *				6 000,00	6 000,00
	Subtotal	0,00	0,00	0,00	6 000,00	6 000,00
TOTAL		118 747,72	34 091,88	37 390,96	18 000,00	208 230,56

* - Valores sem IVA

35- Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação

Não aplicável.

36- Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações

Não aplicável.

37- Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Todos os conteúdos são comparáveis com os do exercício de 2018 agora preparado.

38- Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Cód	Custos e Perdas	2018	2019	Cód	Proveitos e Ganhos	2018	2019
681	Juros Suportados	96 354,79	93 478,87	781	Juros obtidos	6 680,57	5 538,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	252,71	782	Ganhos em entidades participadas	3 108,85	3 524,21
683	Amort. de invest. em imóveis	112,24	112,24	783	Rendimentos de imóveis	1 558 404,45	1 578 509,85
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de part. Capital		
685	Diferenças câmbio desfavoráveis			785	Diferenças câmbio favoráveis		
687	Perdas alienação aplic. tesouraria			786	Descontos pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	6 552,59	7 740,69	787	Ganhos alien. aplic. tesouraria		
	Resultados Financeiros	1 494 570,20	1 513 251,00	788	Outros proveitos ganhos financeiros	29 395,95	27 263,45
		1 597 589,82	1 614 835,51			1 597 589,82	1 614 835,51

39- Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Cód	Custos e Perdas	2018	2019	Cód	Proveitos e Ganhos	2018	2019
691	Transferências capital concedidas	95 486,77	252 117,04	791	Restituição de impostos	14 130,30	5 318,97
692	Dívidas incobráveis	34 096,54	95 294,08	792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	2,37	0,00	793	Ganhos em existências	3 978,83	1 534,52
694	Perdas em imobilizações	201 146,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações		7 748,81
695	Multas e penalidades	104 456,81	4 129,76	795	Benefícios penalidades contratuais	30 234,13	30 733,95
696	Aumentos de amortizações e prov.	41 810,86	0,00	796	Redução de amort. e provisões	21 283,32	168 710,50
697	Correcções exercicios anteriores	497 650,68	148 948,46	797	Correcções exercicios anteriores	381 535,91	485 196,17
698	Outros custos e perdas extraordin.	54 452,03	70 010,01	798	Outros prov. e ganhos extraordin.	1 735 435,96	1 742 476,00
	Resultados Extraordinários	1 157 496,39	1 871 219,57				
		2 186 598,45	2 441 718,92			2 186 598,45	2 441 718,92

40- Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Cód	Tipo Provisão	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Mov. Consolid.	Saldo Final
19	Aplicações de tesouraria					
291	Cobranças duvidosas	392 343,12	18 824,82	187 207,57		223 960,37
292	Riscos e encargos	639 877,69	177 457,39	41 666,66		775 668,42
39	Depreciação de existências	3 029,70				3 029,70
49	Investimentos financeiros	0,00	252,71		-252,71	0,00

41- Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Entidade	Objecto	Capital Inicial	Valor IVA	Capital Total	Amortizações Ano sem IVA	Amortizações Acumuladas sem IVA	Capital Dívida sem IVA
Caixa Leasing Factoring	Espaço Internet / Contrato nº. 6010077 (CTR-00080)	129 473,80	0,00	129 473,80	9 277,75	116 016,95	13 456,85
Banco BPI	Aquisição de Terrenos / Contrato n.º 20003880 (CTR-00125)	391 947,02	0,00	391 947,02	26 386,26	285 420,13	106 526,89
Novo Banco	Ambulância tipo A2 e respetiva transformação	45 943,00	10 566,89	56 509,89	8 560,82	34 312,16	11 630,84
TOTAIS		567 363,82	10 566,89	577 930,71	44 224,83	435 749,24	131 614,58

Entidade	Objecto	Amortizações Ano sem IVA	Amortizações Ano com IVA	Código Controlo orçamental	Juros Ano sem IVA	Juros Ano com IVA	Código Controlo orçamental
Caixa Leasing Factoring	Espaço Internet / Contrato nº. 6010077 (CTR-00080)	9 277,75	9 277,75	070209	106,72	106,72	030308
Banco BPI	Aquisição de Terrenos / Contrato n.º 20003880 (CTR-00125)	26 386,26	26 386,26	070209	811,43	811,43	030308
Novo Banco	Ambulância tipo A2 e respetiva transformação	8 560,82	10 529,81	070207	480,26	590,71	030307
TOTAIS		44 224,83	46 193,82	0702	1 398,41	1 508,86	0303

42- Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas

Não aplicável.

43- Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Matérias -primas, e subs.
Existências iniciais	188 205,68
Compras	3 305 361,57
Regularizações de existências	1 534,52
Existências finais	181 972,67
<i>Custo do exercício</i>	<i>3 313 129,10</i>

44- Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

45- Outros Assuntos

Portugal está, como a restante população mundial, a atravessar um estado de pandemia global provocado pelo novo Corona Vírus SARS-CoV-2 e pela doença COVID-19.

Além do custo humano que esta pandemia já provocou e que provavelmente ainda continuará a ocorrer, existem também inúmeras situações para as quais serão necessárias intervenções orientadas para reativar do funcionamento da economia, onde se inclui as ajudas à manutenção de postos de trabalho e a empresas, quer em auxílio de diversas situações sociais decorrentes do abrandamento da economia mundial, como seja desemprego, a pobreza ou a falta de recursos para subsistência.

Há assim um conjunto de custos a suportar por entidades públicas, onde se inclui o Município de Tomar e os SMAS de Tomar, ainda que difíceis de estimar perspetivam-se elevados. Em relação aos proveitos são previsíveis diminuições que podem atingir valores significativos. Perante estas contingências, importa um repensar em matéria de gestão de recursos, de modo a assegurar a continuidade, as atribuições e a boa prestação do Serviço Público.

De referir ainda que em 2020 ocorreu a transição do POCAL para o novo SNC-AP (no caso do Município de Tomar e dos SMAS de Tomar), o que pode originar, pelo menos ao longo de 2020, reclassificações e correções para a sua correta e plena implementação e em que uma das áreas críticas de atuação é o Inventário de Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo.